

JORNAL DO SINDISEAB

UM JORNAL EM DEFESA DA CIDADANIA, DO SERVIÇO PÚBLICO E DOS SERVIDORES

SINDICATO
ESTADUAL
DOS SERVIDORES
PÚBLICOS
DA AGRICULTURA,
MEIO AMBIENTE,
FUNDEPAR E
AFINS

BODAS DE PRATA

Servidores comemoram 25 anos do sindicato



NOTA PÚBLICA

SINDISEAB repudia privatização dos serviços públicos estaduais

Como em todo fim de ano, o governo manda para a Assembleia Legislativa projetos de lei que prejudicam seriamente os serviços públicos prestados à população.

Como sempre, aprovados em regime de urgência, sem discussão com a sociedade.

Desta vez, o Projeto de Lei Complementar 22/2013 define áreas de atuação de serviços públicos a serem executadas por fundações. Entre elas, serão privatizadas áreas fundamentais como Saúde e Ciência e Tecnologia.

Na Saúde, se for aprovado o PL 726/2013, também em regime de urgência, a SESA vai se transformar em mera supervisora de contratos de gestão. A Fundação Estatal de Atenção em Saúde do Estado do Paraná (FUNEAS) é quem contratar médicos pelo regime CLT. Caberá à FUNEAS administrar, sob regime

jurídico privado, recursos públicos, prédios públicos (hospitais), equipamentos e os serviços de saúde ambulatorial e hospitalar, por exemplo. Até os servidores da área da saúde estarão submetidos à fundação.

O Fórum das Entidades Sindicais (FES) e a Central Única dos Trabalhadores do Paraná (CUT-PR) já se posicionaram contra a privatização. O SINDISEAB manifesta repúdio por mais essa investida do governo atual contra os serviços públicos essenciais e, conseqüentemente, contra a população paranaense.

E MAIS:

■ Retrospectiva - 2013

Relembre os momentos marcantes desta história. PÁGINA 02.

■ Formação

Cursos do SINDISEAB fazem sucesso entre os servidores. PÁGINA 04.

■ Privatizações

FES pede que parlamentares adiem votação de projetos para 2014. PÁGINA 06.

■ Enquadramento

Reenquadrados podem voltar à função anterior. PÁGINA 07.

■ Jurídico

Coletivo esclarece dúvidas sobre ações judiciais. PÁGINA 08.

RETROSPECTIVA 2013

Adeus ano velho...

O ano de 2013 já está deixando saudades. Entrou para a nossa história como o ano que conquistamos a implantação da nova Gratificação pelo Exercício de Encargos Especiais (GEEE) para os servidores do Sistema SEMA e garantimos a data-base com muita luta.

Outro divisor de águas em 2013, foi

a renovação da diretoria sindical que vai conduzir nossas lutas até 2016.

A recente decisão do governo de efetivar o Enquadramento dos que atendem os critérios estabelecidos pelo Tribunal de Contas é mais uma resposta a nossa intensa mobilização seja nas ruas, nos locais de trabalho ou nos gabinetes das autoridades.

Confira os principais acontecimentos de 2013

05 de fevereiro - servidores fazem vigília na SEMA para cobrar explicações sobre o atraso na implantação da GEEE do Meio Ambiente. O secretário não apresentou data para a implantação do reajuste. Do lado de fora, o pessoal distribuiu panfletos "Meio Ambiente na UTI" denunciando o desfalque de pessoal no IAP.



21 de fevereiro - a folha do mês fecha sem o reajuste. O governo se diz sem dinheiro enquanto multiplica a nomeação de comissionados. O anúncio da troca de secretário do Meio Ambiente paralisa as negociações e o sindicato convoca a base a fazer reuniões nos locais de trabalho para definir estratégias de ação.

20 de fevereiro - Planejamento Estratégico do Fórum das Entidades Sindicais (FES) define a pauta de reivindicações do ano.



06 de março - O SINDISEAB se reúne com o novo Secretário do Meio Ambiente, Luiz Eduardo Cheida, que se compromete a conversar com o governador sobre o pagamento do reajuste da GEEE e anuncia a revogação da Resolução 025/2013 - que estabelecia critérios para a "concessão, manutenção ou exclusão" da GEEE aos servidores do Sistema SEMA.



09 de março - SINDISEAB perde seu assessor jurídico, Guilherme Manna Rocha.



13 de março - Ato Público e AGE do Sistema SEMA - Cheida diz que não há lastro para a implantação do reajuste, nem prazo, nem contratações para o Meio Ambiente. Assembleia Geral Extraordinária define pela volta ao estado de greve.

13 de março - governo anuncia a suspensão do PL 02/2013 (que pretendia alterar o pagamento de insalubridade e de periculosidade para os servidores públicos) durante a Audiência Pública para tratar sobre o tema no Plenarinho da ALEP.

15 de março - Encontro Estadual do SINDISEAB - A Assembleia Geral delibera, por maioria, construir a greve do Sistema SEMA (IAP, ITCG e AGUASPARANÁ) pela implantação do reajuste da GEEE para os servidores do Meio Ambiente.



De 19 de março a 01 de abril - Plenárias no interior foram deliberando, uma a uma, pela deflagração da greve.

02 de abril - Assembleia Geral aprova paralisação por tempo indeterminado, até implantação definitiva do reajuste da GEEE em folha de pagamento e forma os comandos de greve, na capital e nos regionais. No dia seguinte (03), Cheida chama o sindicato para anunciar que o governador assinaria um documento declarando conceder o reajuste tão logo tivesse disponibilidade. No mesmo dia, a divulgação do IAP distribuiu um comunicado interno, informando o monitoramento dos emails dos servidores.



08 de abril - Em assembleia geral da SEMA, servidores avaliam promessa de implantação do reajuste no pagamento seguinte como insuficiente para suspender o movimento e iniciam greve geral. A partir daí, seguiu-se uma intensa mobilização em todo o estado, inclusive com distribuição de mudas na Boca Maldita, visitas à ALEP e atos públicos em frente ao Palácio Iguaçu. No dia seguinte (09), o governador assinou autorização para pagamento. Comando de greve acompanha o trâmite do processo em Curitiba.



11 de abril - Apesar de ter prometido implantação da nova GEEE para abril, o governo pretendia efetivá-la em maio. Sentindo-se enganados, servidores em Assembleia Geral Estadual decidem manter greve.

16 de abril - Sistema SEMA denuncia descaso do governo com o Meio Ambiente através de distribuição de mudas na Boca Maldita. No dia seguinte (17), servidores do Meio Ambiente fazem ato público em frente ao Palácio Iguaçu enquanto SEAP divulga nota prometendo o pagamento do reajuste da GEEE de abril em folha complementar, para o dia 16 de maio.



19 de abril - Com a fixação da data da implantação da GEEE, assembleias regionais decidem pelo fim da greve.

25 de abril - Alegando falta de dinheiro, SEAP anuncia ao FES o parcelamento da data-base, reajuste no percentual da inflação; somente sobre o salário-base.



• FONE/FAX: (41) 3253.6328
• E-MAIL: sindiseab@sindiseab.org.br
• SITE: www.sindiseab.org.br

EXPEDIENTE

JORNAL DO SINDISEAB | Órgão de divulgação do Sindicato Estadual dos Servidores Públicos da Agricultura, Meio Ambiente, Fundepar e Afins. **Endereço:** Rua Dr. Manuel Pedro, 729 - Cabral - Curitiba/PR - CEP 80035-030 | **Fone/Fax:** (41) 3253.6328 | **E-mail:** sindiseab@sindiseab.org.br | **Site:** www.sindiseab.org.br | **Jornalista Responsável:** Cláudia Maria de Moraes (MTB 3186) **e-mail:** jornalismo@sindiseab.org.br | **Projeto gráfico e diagramação:** Excelência Comunicação | **Tiragem:** 3.000 exemplares | **Impressão:** Mega Gráfica Editora (3598.1113) | **Distribuição Gratuita e Dirigida** | Os artigos não assinados são de responsabilidade da Diretoria.

DIRETORIA EXECUTIVA ESTADUAL: **Presidente:** Roberto Carlos Prazeres de Andrade Silva (SEAB/Curitiba); **Vice-Presidente:** Luiz Carlos Dalpiaz (IAP/Curitiba); **Secretária Geral:** Donizetti Aparecido Rosa da Silva (SEAB/Maringá); **1º Secretário:** Elci Terezinha Veiga Costa (IAP/Ponta Grossa); **2º Secretário:** Heitor Rubens Raymundo (IAP/Curitiba); **Tesoureira Geral:** Maria Auxiliadora Fernandes (BPPR/Curitiba); **1º Tesoureiro:** Mário do Rocio Kulyk (IAP/Francisco Beltrão); **Conselho Fiscal:** Arthur Bintencout Filho (SEAB/Guarapuava); Antoninho Fontanella (SEAB/Francisco Beltrão); Milton Vasconcelos Guedes (ADAPAR/Curitiba).

07 de maio - Cerca de mil pessoas foram às ruas reivindicar a data-base em parcela única. Os servidores caminharam do Palácio Iguaçu até a praça 19 de Novembro, ao som de uma paródia da marchinha de carnaval "Aurora".

13 de maio - A SEAP anuncia reajuste também sobre as gratificações mas mantém parcelamento.

17 de maio - Comemorações pela GEEE no IAP de Curitiba.

20 de maio - FES acompanha a votação do PL da data-base na CCJ da ALEP. Aproximadamente 100 servidores do FES passam a noite acampados em frente ao Palácio, desta vez, com mais cinco paródias criticando a política de Beto Richa.



21 de maio - o PL com o parcelamento da data-base estava na pauta na ALEP. Sob a pressão dos servidores que compareceram em peso e da mídia, os deputados da base governista se dividiram. Por medo de perder a votação, a liderança do governo retirou o projeto de lei, adiando a decisão.

28 de maio - FES ocupa galerias da ALEP. Na véspera da nova mobilização anunciada, governador manda nova mensagem para a ALEP propondo o pagamento do reajuste em parcela única.



17 e 18 de junho - Eleição da nova diretoria do SINDISEAB. A Chapa Nossa Força e Nossa Voz 2013 é eleita com 92,86% dos votos válidos.

01 e 02 de julho - Comissão de Desenquadrados do Fórum das Entidades Sindicais volta ao Tribunal de Contas e ao Ministério Público para acompanhar o andamento dos ofícios protocolados pelo FES a respeito do enquadramento.

05 de julho - SINDISEAB entrega ofício nas mãos do governador Beto Richa solicitando uma solução positiva e rápida para o enquadramento dos servidores do QPPE.



16 de julho - ALEP aprova projeto de lei autorizando o governador a parcelar, em até 60 meses, suas dívidas com a ParanaPrevidência. Desde dezembro de 2012, o governo deixou de repassar totalmente sua parte das contribuições e das contribuições dos servidores descontadas em folha de pagamento, gerando um déficit de quase R\$ 800 milhões.



19 de julho - Nova diretoria do sindicato toma posse no Encontro Estadual do SINDISEAB com a participação de cerca de 70 servidores ativos e aposentados.

23 de julho - Comissão de Desenquadrados do FES se reúne com promotores do Ministério Público para reivindicar uma decisão para o enquadramento.



22 de agosto - Diretoria do SINDISEAB tem audiência com presidente da ADAPAR. No mesmo dia, o Pleno do Tribunal de Contas do Estado do Paraná (TCE-PR) julgou o processo 5459/13 aprovando o enquadramento.

30 de agosto - Cerca de 10 mil servidores fazem Ato Público reivindicando pagamento de promoções e progressões atrasadas; solução para enquadramento; novo modelo de saúde; defesa da ParanaPrevidência e concursos públicos.



02 de setembro - Resolução 02/2013 suspende promoções e progressões dos servidores.

06, 10 e 16 de setembro - Nova direção do sindicato apresenta preocupações dos servidores para autoridades da SEAB; ITCG e IAP.

26 e 27 de setembro - SINDISEAB faz o planejamento estratégico para a gestão 2013/2016. Os servidores definiram estratégias, prazos e responsáveis para implementar as atividades propostas para atingir os objetivos desejados em três eixos básicos: Formação; Saúde e Concurso Público.



01 de outubro - Coletivo dos Desenquadrados do SINDISEAB e de outros sindicatos do FES decidem intensificar mobilização pelo enquadramento.



28 e 29 de outubro - Em comemoração ao Dia do Servidor Público, aproximadamente cem dirigentes do FES passam a noite do dia 28 acampados em frente ao Palácio Iguaçu. Na manhã seguinte, SEAP anuncia manutenção do enquadramento (para os já efetivados; os que estão nas listas e os que cumprem os critérios do TCE-PR); reafirma suspensão de avanços na carreira; e admite que o governo não vai implantar o novo modelo de saúde.



30 de outubro - Recomeçam os cursos de Formação do SINDISEAB.

19 de novembro - Coletivo de Desenquadrados do SINDISEAB e Comissão de Desenquadrados do FES definem estratégias para acompanhar grupo de trabalho para o enquadramento e decidem fazer pesquisa para enumerar quantos servidores estão em desvio de função mas estão fora dos critérios do TCE-PE, com o objetivo de lutar pela tabela de classes especiais.



27 de novembro - passeio de fim de ano do Coletivo dos Aposentados.



29 de dezembro - SINDISEAB completa 25 anos.



Cheio de ação, 2013 foi mais um ano de lutas do nosso sindicato. O SINDISEAB, sem dúvida, é um dos mais atuantes do movimento sindical de servidores públicos do Estado do Paraná. A parte de cada um de nós e ficar unidos ao sindicato para que sejamos mais fortes hoje e sempre. Certamente, em 2014, muitas mobilizações estão por vir, estamos a postos. **Feliz Ano Novo!!!**

06 de dezembro - festa em comemoração às Bodas de Prata do SINDISEAB na sede do sindicato.

FORMAÇÃO

Cursos de Educação para a Cidadania conquistam servidores no interior

O grande número de participantes tem comprovado o sucesso dos Cursos de Formação oferecidos pelo SINDISEAB (em parceria com o Instituto de Tecnologia e Desenvolvimento Econômico e Social - ITEDES) para os nossos associados.

Quem assiste os nossos Cursos de Formação sai com “um gostinho de quero mais”. Os servidores de Paranavaí, que tiveram os níveis 1 e 2, já estão ávidos pelo nível 3! Em Cornélio Procópio, as vagas para o curso no nível 2 já estão esgotadas, são 40 inscritos.

Servidores saem transformados

Compreender como a nossa sociedade se organiza é fundamental para se tornar um cidadão atuante. O objetivo dos cursos é pensar e identificar quem é quem em nosso meio social (Estado, sociedade, sindicato, etc.) sob a ótica dos trabalhadores. Na grande maioria das avaliações ao final de cada módulo, os servidores têm afirmado que o conteúdo ministrado acrescenta conhecimento útil para suas vidas: seja no sindicato; nos municípios; ou no bairro onde moram.



Paranavaí - nível 2: 47 servidores participaram do módulo Educação para o Exercício da Cidadania - Políticas Públicas e Prática Sindical.



Paranavaí - nível 1: a etapa contou com 28 associados para aprender sobre Cidadania e Desenvolvimento Sustentável.

O SINDISEAB estimula que seus associados participem das esferas de controle social, como conselhos municipais e estaduais, em todas as áreas. No planejamento estratégico do mês de setembro, a For-

mação foi escolhida como um dos eixos principais para o sindicato. Então, o SINDISEAB resolveu investir pesado: ao todo, serão 300 vagas divididas em três níveis, com certificação total de 108 horas.

NOSSOS CONSELHEIROS

Representantes do SINDISEAB tomam posse no Conselho Estadual do Meio Ambiente

Dois representantes do nosso sindicato foram empossados junto ao Conselho Estadual do Meio Ambiente (CEMA) em 03 de dezembro: Carmem Leal (titular) e Heitor Raymundo (suplente).

O CEMA é um órgão colegiado, com representantes de diversos órgãos do governo, entidades da sociedade civil e ONGs, que tem por objetivo elaborar as políticas públicas ambientais. Esta é mais uma conquista dos servidores. O Secretário da SEMA, Luiz Eduardo Cheida, com seu

apoio, ajudou a viabilizar essa velha luta dos servidores e do SINDISEAB.

Participe das comissões do CEMA

Os servidores do Sistema SEMA podem e devem acompanhar todas as reuniões do conselho. O Regimento do CEMA possibilita também a indicação de filiados para integrar comissões do conselho. Participe, pois este é um instrumento legítimo de intervenção dos servidores visando a melhoria dos serviços públicos.

COLIT volta a se reunir

Depois de um ano e meio, o Conselho de Desenvolvimento Territorial do Litoral Paranaense (COLIT) voltou a se reunir. Em 09 de dezembro de 2013, aconteceu a 63ª Reunião Ordinária do Conselho de Desenvolvimento Territorial do Litoral Paranaense. Na pauta, temas importantes como uma apresentação sobre Logística Reversa e reciclagem de lixo, além da análise e votação de recursos em trâmite no COLIT. O nosso representante titular é Heitor Raymundo e o suplente, Mauro Dalotto. A 62ª reunião ocorreu em 18 de maio de 2012.



Calendário dos Cursos de Formação 2013 e 2014

	Outubro - 2013 Paranavaí Nível 1 - 30 e 31	Novembro - 2013 Paranavaí Nível 1 - 01 Paranavaí Nível 2 - 28 e 29	Dezembro - 2013 Paranavaí Nível 2 - 05 e 06 Cornélio Procópio Nível 2 - 12 e 13 Cornélio Procópio Nível 2 - 19 e 20
Janeiro - 2014	Fevereiro - 2014	Março - 2014 Cascavel Nível 1 - 26, 27 e 28	Abril - 2014
Mai - 2014 Cascavel Nível 2 - 21 e 22 Cascavel Nível 2 - 28 e 29	Junho - 2014 Francisco Beltrão Nível 2 - 11 e 12 Francisco Beltrão Nível 2 - 25 e 26	Julho - 2014 Guarapuava Nível 1 - 22, 23 e 24	Agosto - 2014 Guarapuava Nível 2 - 13 e 14 Guarapuava Nível 2 - 27 e 28
Setembro - 2014	Outubro - 2014 Curitiba Nível 1 - 14, 15 e 16	Novembro - 2014 Curitiba Nível 2 - 12 e 13 Curitiba Nível 2 - 26 e 27	Dezembro - 2014

25 ANOS

Festas marcam aniversário do SINDISEAB



Em todo o estado, festas comemoraram os 25 anos do SINDISEAB.



Em Curitiba, cerca de 70 pessoas prestigiaram o evento de aniversário na sede do sindicato.



Enquanto fotos históricas passavam na televisão, nossos associados saboreavam o churrasco com muitas frutas tropicais.



Em Paranavaí, o pessoal aproveitou a reunião para festejar em seguida do Curso de Formação.



Em Pato Branco, os colegas da SEAB se reuniram em volta da piscina.



O pessoal da SEAB de Londrina comemorou em uma chácara.

Festas em todo o Paraná

Dezoito núcleos confirmaram reuniões para celebrar as Bodas de Prata do nosso sindicato. Nem todos mandaram fotos. Confira a lista das confraternizações regionais confirmadas:

- * Campo Mourão (IAP/SEAB)
- * Cascavel (SEAB)
- * Cornélio Procopio (SEAB)
- * Cruzeiro do Oeste (ÁGUAS)
- * Curitiba (SEMA/IAP/ITCG/ÁGUAS/SEAB/ADAPAR/DIOE/SUDE)
- * Guarapuava (SEAB)
- * Irati (IAP)
- * Ivaiporã (IAP)
- * Jacarezinho (IAP/SEAB)
- * Litoral (IAP)
- * Londrina
- * Maringá (IAP/SEAB)
- * Paranaguá (SEAB)
- * Paranavaí (IAP/SEAB/ÁGUAS)
- * Pato Branco (SEAB)
- * Ponta Grossa (IAP)
- * Toledo (IAP)
- * Umuarama (SEAB/ADAPAR)

CEMA

Conselheira do SINDISEAB denuncia desmonte dos serviços do Meio Ambiente

Na 63ª reunião do Conselho Estadual do Meio Ambiente, em 03 de dezembro, foram aprovadas duas Resoluções. A primeira em discussão estabelece critérios para compostagem de lixo em empresas e órgãos públicos e a segunda estabelece mecanismos de controle de pesca do robalo no Litoral.

A Resolução sobre empreendimentos de compostagem de resíduos sólidos urbanos e de grandes geradores no Paraná é a primeira legislação sobre o tema e define critérios de localização para instalação de usina de compostagem, o porte do empreendimento, o tipo de licença ambiental, a relação de documentos necessários para emissão das licenças ambientais, além de definir critérios para o uso do composto.

Quanto à Resolução para o controle da pesca, proíbe o abate e a posse de peixes robalo-flecha e robalo-peva, em novembro e dezembro, no Litoral. O documento estabelece ainda critérios para a pesca amadora e profissional nas águas interiores do Litoral Paranaense, atualizando a Resolução 60/2008, da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos.

Na oportunidade a representante do SINDISEAB, em sua intervenção no pleno, manifesta sua preocupação com o quadro funcional existente no Sistema SEMA, e solicita que conste em ata, a denuncia do SINDISEAB a respeito da falta de pessoal, do desmonte dos serviços de Meio Ambiente e da necessidade urgente de Concursos Públicos, sob pena do comprometimento da atuação eficaz dos trabalhadores e da precarização dos serviços públicos de competência do Sistema SEMA.

APOSENTADOS

Coletivo encerra atividades do ano com passeio no campo

Um grupo de aposentadas do SINDISEAB passou um dia divertido na Pousada Rincão Alegre, em Mandirituba, com direito à bela paisagem, comida saborosa, pedalinho, pesca e boa companhia.

Esta foi mais uma atividade organizada pelo do Coletivo dos Aposentados e Pensionistas (CAP), que se reúne mensalmente no sindicato para se manter unido. O passeio de fim deste

ano aconteceu em 27 de novembro. As aposentadas aproveitaram a ocasião para fazer a revelação do amigo secreto.

Assim, o CAP se despede de 2013, mas a promessa é de continuar ativo no ano que vem. A próxima reunião já está marcada para 26 de fevereiro de 2014, às 14h00, na sede do sindicato, e é aberta a todos os nossos aposentados. Participe!



FES
faz

PLENÁRIA

Fórum vai publicar jornal com análise do governo Richa

Na visão dos dirigentes sindicais, o cenário não é dos melhores.

Deliberações

O Fórum vai editar um informativo específico com sua avaliação do ano de 2013 e a perspectiva para 2014. A orientação é para que os sindicatos façam plenárias regionais, entre os dias 06 e 24 de fevereiro, para discussão e consolidação da pauta unificada para 2014. Ficaram agendadas duas reuniões ampliadas:

- * 05 fevereiro de 2014;
- * 25 fevereiro de 2014.

FES volta à SEAP

Está marcada uma reunião da coordenação do Fórum com a SEAP no dia 17 de dezembro (depois do fechamento desta edição). Estão na pauta:

- * termos do Termos do Ajuste Gerencial (TAG) firmado entre governo e Tribunal de Contas para alterar o cálculo que determina o gasto com os servidores;
- * atrasos nas promoções e progressões;
- * implantação do novo modelo de saúde;
- * enquadramento;
- * benefícios sociais.



Em 10 de dezembro, o Fórum das Entidades Sindicais (FES) se reuniu em plenária para avaliar a conjuntura política de 2014.

Administração financeira caótica

Nos últimos meses o governo perdeu o controle das contas. Deixou faltar combustíveis para viaturas da polícia militar, ambulâncias e carros dos bombeiros; atrasou compromissos com fornecedores a ponto de ter serviços suspensos; até o telefone da PM chegou a ser cortado por falta de pagamento. Por outro lado, autorizou o aumento dos pedágios nas estradas estaduais, os mais caros do mundo! Gastou mais com consertos de veículos do que com estradas estaduais. Inaugurou obras que não têm funcionários para trabalhar; ou que sequer começaram a ser construídas.

Desrespeito com os servidores

O descaso fica evidente quando o governo não tem interesse em honrar seus compromissos com os servidores, assumidos em mesas de negociações ou

determinados por lei. Agora em dezembro, os hospitais credenciados ao SAS na região oeste chegaram a suspender consultas a especialistas e exames laboratoriais porque o governo atrasou o pagamento - de todos os hospitais do SAS - em dois meses. "Infelizmente, esta é uma prática recorrente", afirma Idemar Beki, coordenador da Comissão de Saúde do FES.

Privatização da Saúde Pública

Outra prática recorrente é mandar projetos de lei polêmicos para a ALEP em dezembro, quando a sociedade está distraída com as festas de fim de ano. Em 2010, aprovou as organizações sociais; e, 2012 a alteração do plano de custeio da ParanaPrevidência; este ano a meta é abrir as portas para privatizar entre outros serviços, a saúde pública estadual!

SAS

Fórum mantém reivindicação de outro modelo de saúde

Depois de um ano e meio de negociações, em 29 de outubro, a SEAP admitiu que o governo não pretende implantar o novo modelo de saúde. Na plenária, em dezembro, o FES deliberou por continuar reivindicando um novo modelo e fazer o debate com as categorias sobre alternativas, como o auxílio-saúde.

O SINDISEAB reitera a importância de registrar ocorrências no portal: www.sas.pr.gov.br (clique no botão "Fale Conosco", em seguida em "Re-

gistrar Ocorrência"). As reclamações ficam registradas para fins de relatório de desempenho do contratado.

Contato com o SINDISEAB

Depois de fazer o registro da ocorrência, envie um relato para o SINDISEAB (sindiseab@sindiseab.org.br ou (41)- 3253-6328), pois, além de contribuir com informações válidas para as negociações, o sindicato tem contato direto com a superintendência do DAS.

NOTA PÚBLICA DO FES

O governo Beto Richa encerra seu terceiro e último ano de mandato

É público que o governo agniza financeiramente. Talvez em busca de soluções para sua própria incompetência, o objetivo de Richa é fazer uma profunda modificação da modelagem do Estado por meio dos projetos de lei 22 e 726. A proposta é privatizar os serviços públicos, a começar pela saúde, de forma a facilitar que a iniciativa privada fique com mais dinheiro público.

O projeto de lei 726 atinge o coração da saúde pública paranaense. A FUNAES - Fundação Estatal de Atenção à Saúde - terá autonomia financeira, dinheiro público, imóveis doados e servidores cedidos. Fará seu próprio planejamento, ou seja, escolherá onde e como atuar.

O projeto de lei 22 prevê a criação de fundações nas áreas de Cultura, Turismo, Desporto, Comunicação Social, Assistência Social e Ciência e Tecnologia. Isso significa que quase todo o funcionalismo pode ir pras fundações. A privatização é quase total!

Na questão da privatização da saúde, a legislação diz que ações complementares podem ser feitas por entidades filantrópicas por meio de convênios. Mas por ser uma atividade fim, o Estado tem a titularidade na execução dos serviços.

Outras experiências em municípios e estado demonstram que privatizar não melhora a qualidade do serviço. Veja o caso dos CEMUNs de Curitiba. Esses centros estão sob a gestão de fundações estatais de direito privado

e os problemas só aumentaram. São comuns os episódios de mortes nessas unidades.

Em Londrina, a privatização também gerou corrupção e não resolveu o problema da qualidade dos serviços de saúde. Investigação da Gaeco - Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado - inclusive resultou em prisões. Atualmente, a população sofre com a desestruturação dos serviços que foram entregues aos interesses do lucro.

Diversos juristas, como Dalmo Dallari, apontam para a ilegalidade da propositura. Quem se manifesta expressa que o Estado não pode se omitir de prestar serviços essenciais, como é o caso da saúde.

A forma como o governo tentou aprovar o projeto é ainda mais desrespeitoso com a sociedade. Sua intenção era aprovar os projetos que chegaram a Assembleia Legislativa na última terça-feira, 10 de dezembro. Ocorre que as propostas somente foram disponibilizadas no dia anterior. Um jeito de agir que lembra os atos secretos que há pouco tempo escandalizaram a população paranaense.

Por tudo isso, o FES, legitimamente constituído por 16 sindicatos de servidores públicos estaduais civis e militares, ativos e inativos, representando mais de 200 mil trabalhadores do Paraná, repudia os dois projetos e pede aos parlamentares que deixem esse assunto para o próximo ano. É preciso que esse tema seja debatido pela sociedade, pelos usuários do SUS e pelos trabalhadores.

FES
faz

ENQUADRAMENTO I

Governo autoriza criação de comissão técnica para reanalisar processos

A autorização, publicada em 05 de dezembro de 2013, delimita a análise aos processos instaurados entre 01 de abril de 2010 e 31 de dezembro de 2010.

E mais: quem foi enquadrado sem cumprir os critérios do TCE-PR, pode ser desenquadrado!

O texto publicado no Diário Oficial (nº 9.100), da Procuradoria Geral do Estado (PGE), diz que todos os processos serão reanalisados, podendo, inclusive, o servidor reenquadrado - que não esteja de acordo com as condições do TCE-PR - retornar a sua condição funcional anterior! Além disso, a PGE delimita o estudo aos processos protocolados em 2010. Leia, ao lado, o texto na íntegra.

A SEAP, no entanto, garantiu na mesa de negociações com o FES, em 29 de outubro, que quem cumpre os requisitos, mas ainda não entrou com o pedido, poderia fazê-lo.

As condições estabelecidas pelas TCE-PR são as mesmas dos critérios

contidos na Nota Técnica 109/2010.

O enquadramento é mais um dos temas em pauta na reunião do FES com a SEAP de 17 de dezembro. O Fórum quer obter detalhes sobre o andamento dos trâmites para a instauração do GT e reivindicar o texto integral do despacho 817/2013. Outro objetivo é que o FES possa indicar dois representantes para acompanhar os trabalhos.

Crítérios para o Enquadramento definidos pelo TCE-PR

* ingresso no serviço público até 05 de outubro de 1988;

- * escolaridade ou habilitação especial para o cargo (formatura até 05 de julho de 2002);
- * continua exercendo a função;
- * comprovação da necessidade do seu serviço prestado para o bom funcionamento da administração.

ENQUADRAMENTO II

SINDISEAB pesquisa desvio de função

O objetivo é saber quantos dos servidores estaduais em disfunção NÃO serão contemplados com o Enquadramento para lutar pela implantação da Tabela de Classes Especiais.



Coletivo de Desenquadrados do SINDISEAB e Comissão de Desenquadrados do FES reunidos, em 19 de novembro, no SINDISEAB.

Trabalho igual, salário igual

O SINDISEAB, junto com o FES, defende a ISONOMIA: se dois servidores executam o mesmo trabalho e possuem a mesma formação, têm que receber o mesmo salário! Por isso, continuamos a defender a criação da Tabela de Classes Especiais para os servidores que estão em desvio de função, mas não cumprem os critérios para enquadramento.

Muitas Dúvidas

Entre os 23 representantes que participaram da reunião, os principais questionamentos são:

- * como será resolvido o desvio de função daqueles servidores que não cumprem os critérios?
- * quem protocolou o processo e se aposentou, como fica?
- * quais são as orientações para quem tem direito ao enquadramento, mas não fez o requerimento?
- * e quem estava no QPPE e migrou para outro quadro?

O FES fará contatos com parlamentares no intuito de propor um projeto de lei criando a Tabela de Classes Especiais. Precisamos, então, saber quantos estão nesta situação. Para tanto, o SINDISEAB

está realizando uma pesquisa entre os servidores.

Participe da pesquisa

Se você NÃO cumpre os critérios para o Enquadramento, mas está em desvio de função, responda o questionário e envie para o sindicato. Você encontra o formulário de pesquisa no nosso site: www.sindiseab.org.br. Procure a notícia: "Quantos servidores estão em desvio de função?"

A parte de cada um na luta

É preciso mobilizar. É fundamental realizar reuniões quinzenais ou mensais nos locais de trabalho para mobilizar as categorias, avaliar e discutir o problema. Os dirigentes sindicais e os próprios desenquadrados precisam participar e cumprir as tarefas propostas. E, é claro, manter a coordenação da comissão informada do que acontece no interior.

A próxima reunião do coletivo ficou marcada para 04 de fevereiro de 2014, às 14h00, no SINDISEAB.

Venha para o sindicato! A luta é de todos nós!

Diário Oficial 9.100, de 05.12.2013, página 3

12.181.061-1/13 – Of. Nº 808/13 – Trata-se de reanálise dos protocolos de reenquadramento funcional, conforme específica. "Considerando os termos do Despacho nº 817/2013-PGE, que revogou o Parecer nº 29/2011-PGE; Considerando os termos do Acórdão nº 3.302/13 - TCE/PR, proferido no Processo nº 5.459/13 pelo Tribunal Pleno do e. Tribunal de Contas do Estado; DETERMINO, com fundamento no Acórdão nº 3.302/13 - TCE/PR, a formação de Comissão Técnica perante a Secretaria de Estado da Administração e da Previdência para, mediante o devido processo, reanalisar todos os protocolos que tratem de reenquadramento funcional, instaurados a partir de 01 de abril de 2010 a 31 de dezembro de 2010, analisados ou não sob o pálio da Nota Técnica nº 109/2010-PGE, de modo a aferir a sua conformidade com os termos da decisão da Corte de Contas do Estado, DETERMINANDO, outrossim, prioridade na

tramitação desses expedientes; Comprovado, caso a caso, o cumprimento, pelos servidores interessados, das exigências previstas no Acórdão nº 3302/13, da Corte de Contas do Estado, a Comissão poderá recomendar ou mesmo confirmar o enquadramento do servidor, observadas às disposições da Lei de Responsabilidade Fiscal; No exercício do poder geral de cautela e constatada a ilegalidade no enquadramento realizado pela Administração Pública, tenho como possível, respeitado o devido processo, a suspensão do pagamento dos vencimentos do cargo onde o servidor foi enquadrado, devendo retornar a sua condição funcional anterior, até a conclusão do feito administrativo, conforme entendimento do Supremo Tribunal Federal (RMS 31973/DF, rel. Min. Cármen Lúcia, DJe de 10.9.2013; RE 594296/MG, rel. Min. Dias Toffoli, DJe de 10.2.2012). Em 04/12/13". (Enc. Proc. À SEAP, em 04/12/13).

CARREIRA

Pagamento de atrasados só em 2014

Governo só vai começar a pagar as promoções e progressões em atraso só a partir de janeiro do ano que vem.

As promoções e progressões de todo o funcionalismo estão suspensas desde 02 de setembro, pela Resolução 02/2013. A SEAP alega estar cumprindo uma determinação do Tribunal de Contas do Estado, mas o governo vem adotando a prática de atrasar, sempre em cerca de um ano, o pagamento dos direitos dos servidores públicos.

Falta de previsão

Os avanços nas carreiras são previstos em lei, logo, deveriam estar incluídos na Lei Orçamentária Anual. A Lei de Responsabilidade Fiscal, que tem sido usada como justificativa pela falta de planejamento do governo, também diz que ele não pode criar passivo. Entretanto, ao deixar de pagar os direitos dos servidores está criando.

A SEAP diz que vai seguir um cronograma estabelecido pela ordem cronológica dos atrasos a partir de janeiro de 2014 e que os pagamentos serão feitos se forem autorizados pela Secretaria da Fazenda. O FES reivindica uma cópia da planilha com o cronograma e ordem de prioridades de pagamento.

Protocolo seu processo

O prazo para a concessão de avanços na carreira depende da data do protocolo. Por isso, o SINDISEAB orienta que os servidores PROTOQUEM seus pedidos de avanço na carreira normalmente. Se o seu processo for indeferido, mande cópia para o sindicato.

SEAB

Prédio do Núcleo Regional precisa de reforma urgente

Forro caindo, goteiras, cortinas improvisadas, documentos molhados, iluminação inadequada - as lâmpadas estão sempre queimando devido à fiação antiga e umidade - e novas goteiras a cada chuva.

Esta é a realidade do NR da SEAB de Jacarezinho onde falta espaço, infraestrutura e pessoal.

O prédio da SEAB de Jacarezinho abriga também a ADAPAR, EMATER local e IAP. Os técnicos do DEAGRO - Departamento de Desenvolvimento Agropecuário não têm sala própria. Ocupam um pequeno espaço na mesma sala que a chefia, o administrativo, estagiária e o Crédito Fundiário. Com tanta gente, o ambiente fica muito movimentado dificultando a concentração para análises técnicas.

Os móveis estão velhos: as gavetas emperram; os fundos se soltam. Os computadores estão obsoletos: não comportam programas mais atualizados e têm vários problemas de funcionamento. Há falta de servidores para os serviços técnicos e administrativos.

Duas ações já previstas poderiam resolver, ao menos, parte dos problemas referentes à estrutura: a reforma do prédio; e a mudança do IAP para sua sede própria, que está em construção.



Jurídico

Coletivo e Executiva fazem balanço das ações judiciais

Com o objetivo de debater e deliberar encaminhamentos para as demandas judiciais do sindicato, a Diretoria Executiva se reuniu com o Coletivo Jurídico do SINDISEAB em 05 de novembro.

1 - Ações da GEEE. Existem inúmeras variáveis em relação à nossa gratificação. Confira:

a) GEEE antiga - O SINDISEAB vinha obtendo êxito nas ações judiciais reivindicando a GEEE para os aposentados. Chegamos a obter liminares garantindo o pagamento da gratificação para os aposentados que integravam as ações. Entretanto, depois que o Tribunal de Justiça do Paraná, em 24/05/13, julgou o Incidente de Uniformização de Jurisprudência (IUJ) nº 910.334-2/01, todas as ações judiciais referentes à antiga GEEE da SEAB estão sendo julgadas improcedentes e, conseqüentemente, as liminares sendo cassadas. A nossa assessoria jurídica informou que, por conta disto, não chegou a submeter nenhuma ação judicial reivindicando GEEE cumulada com os adicionais previstos na Lei da ADAPAR (AAFA e AAFM).

Diante da situação, o sindicato deliberou que enquanto estiver vigorando o IUJ/TJ-PR, o SINDISEAB

não vai propor nenhuma nova ação sobre o tema, pois gera custas processuais, mas vai recorrer aos tribunais superiores do Brasil (STJ e STF) visando reverter as decisões desfavoráveis. O presidente do sindicato e a assessora jurídica, Dr^a. Fabiana, vão se reunir com os filiados que enviaram procuração e documentos para ações sobre este tema.

b) Retroativos da nova GEEE - a Lei 17.358 foi publicada em novembro/2012 e a GEEE foi implantada em folha em abril/2013. Conforme orientação anterior do nosso assessor jurídico, Dr. Jackson, devemos aguardar a consolidação do pagamento da nova GEEE e, a partir do primeiro semestre de 2014, propor ações judiciais visando o pagamento dos retroativos à data da sanção da lei.

c) Nova GEEE para os aposentados - tanto a ParanaPrevidência quanto a nossa assessoria jurídica entendem que para incorporar a GEEE à aposentadoria faz-se necessário que tenha havido contribuição previdenciária (na proporção de 1/35 homem e 1/30 mulher).

2 - Ação Judicial da ParanáPrevidência. O objetivo é responsabilizar os governos e outras autoridades públicas (desde o Governo Lerner até o atual Beto Richa) sobre os equívocos, irregularidades e ilegalidades cometidas na gestão do sistema de previdência estadual. Tal proposta foi aprovada no Fórum das Entidades Sindicais (FES) e terá como autores a APP-Sindicato, SindSaúde-PR, Sinteamar e SINDISEAB. O tema já foi debatido e deliberado na gestão anterior e ratificado na gestão atual.

3 - Decisão do STF sobre Enquadramento dos aposentados. A Assessoria Jurídica reiterou que somente após conhecer os termos da decisão judicial, com a sua publicação, é que poderá fazer uma avaliação segura sobre a repercussão de tal decisão para os aposentados filiados ao sindicato.

4 - Enquadramento x Ação sobre Desvio de Função. Um item antigo da nota técnica 109/10, que causou divergências inclusive no pleno do TCE-PR, condiciona o Enquadramento à desistência de demandas judiciais que tratam do tema. O sindicato entende que ninguém deve desistir de seus direitos sem que o Enquadramento esteja garantido.

5 - Promoções e progressões suspensas. Como já divulgado, os servidores filiados devem submeter normalmente os seus pedidos de promoção e progressão aos setores de recursos humanos. Uma vez negado esse direito, o servidor deverá tirar cópia integral do protocolado administrativo e enviar para a Coordenação do Coletivo Jurídico do SINDISEAB visando a instrução de ação judicial a ser proposta. A direção executiva provocará audiências para discutir e cobrar o envolvimento das autoridades setoriais para resolver a questão.

Convocaremos os servidores para pressionar, acompanhar e participar das conversações.

O Relatório das Ações Judiciais está veiculado no nosso site. Uma atualização deverá ser entregue no início do ano durante as Plenárias Regionais que acontecerão nos nossos Núcleos Sindicais.

Quem tem direito à assessoria jurídica do sindicato?

Todos os filiados têm direito aos serviços jurídicos gratuitos oferecidos pelo Sindicato, referentes a relações de trabalho. Quando o associado ganha a causa, paga para o sindicato algumas taxas percentuais. No caso de ação particular (contrato bancário, inventário, separação, etc), a assessoria jurídica orienta e presta todas as informações necessárias; então o associado opta, ou não, por contratar os nossos assessores para representá-lo através de contrato particular.

Conheça nossos advogados

* Dr^a. Fabiana B. de Oliveira Pedrozo
Rua Tapajós, 844
Bom Retiro - Curitiba/PR
Telefone: (41) 3224-6485

* Dr. Jackson Sponholz
Rua Comendador Araújo, 323,
9º andar - conj.97,
Centro - Curitiba/PR
Telefone: (41) 3233-8863

* Dr^a Sione Lisot Yokohama
Rua Des. Munhoz de Mello, 3.694
Umuarama-PR
Telefone: (44) 3624-1412

* Dr. Paulo Roberto dos Santos
Rua Amapá, 1.920
Centro, Paranavaí-PR
Telefone: (44) 3045-7970



Além dos assessores jurídicos da capital, Dr. Jackson Sponholz e Dra. Fabiana Pedrozo, vários dirigentes e filiados participaram da discussão.